



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais)

A negritude no contexto escolar: narrativas de docentes da EEM Deputado Ubiratan Diniz Aguiar sobre a questão do preconceito racial.

Diego Matos Araújo¹
David Sousa Garcês²
Valeska Denise Sousa Garcês³
Sara Regina Santos Oliveira⁴
Érika Almeida Chaves⁵

Resumo: O presente estudo buscou analisar a questão do preconceito racial no contexto escolar. Não podemos negar a complexidade da temática abordada, pois no Brasil, historicamente, houve uma profunda relação conflituosa entre as diversas matrizes raciais e culturais que criaram o povo brasileiro. Foi utilizada à pesquisa descritiva e um questionário semiestruturado no intuito de buscar observar se os atores sociais da escola em epígrafe sofrem com a questão do preconceito racial. Contudo, o estudo nos proporciona uma arena de discussão no tocante a temátoca levantada, assim como nos auxilia compreender os anseios e desejos dos atores envolvidos.

Palavras-chave: Contexto Escolar; Preconceito Racial; Professores; Sala de Aula.

Abstract: The present study sought a question of racial prejudice in the school context. "It is not possible to deal with the complexity of the subject matter, because in Brazil, historically, there has been a conflictive critical approach between the racial and cultural matrices that created the Brazilian people. It was forgotten by the descriptive research and a semi-structured questionnaire in order to seek alert for the social events of the school in the epigraph with the passing of racial prejudice. However, the study should include an arena of discussion regarding the subject of education, as well as in its annexes and observations of the spectators involved.

Keywords: School context; Racial prejudice; Teachers; Classroom.

¹Pós-Graduando, UNILAB, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, diegomatos9@hotmail.com

² Professor, UNILAB, Mestre em Ciências Sociais e Humanas, balgarces@yahoo.com.br

³ Pós-Graduanda, UEL, Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial, garcesvaleska@gmail.com

⁴Assistente Social, UNILAB, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, sara.ssocial@gmail.com

⁵ Assistente Social, Faculdade Darcy Ribeiro, Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais, erikachaves.ce@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira em geral segundo estudiosos como Cavalleiro (2003), Santos (2005), Alexandre (2006), Pinho (2004), Silva (2008) entre outros, afirmam que a escola, tal qual a sociedade brasileira, é impregnada de racismo, estabelecendo-se como espaço de disseminação da discriminação contra a população negra de nosso país, fato esse provado em documentos e livros que compõe a história do Brasil.

O preconceito racial bem como a ideia da mestiçagem como meio para estragar, degenerar a “boa” raça, não é filho da contemporaneidade do Brasil, mas foi historicamente construída pelo pensamento racial da elite intelectual brasileira, desde os tempos do processo de escravidão onde no ideário da elite europeia (leia-se portuguesa), a cor negra sempre foi considerada como sinônimo de degeneração, inferioridade, podendo proporcionar instabilidade mental quando emotiva ao cruzar, por exemplo, brancos com negros, como acreditava Joseph Artur Conde Gobineau, criando até os dias atuais o estigma de povo degenerado sofrido por esta população (MUNANGA, 2009, MARÍLIA, 2012). De acordo com Amaro (2005) “nem sempre o trajeto de discriminação e exclusão que arrasta os negros à assistência é conhecido pelos atores institucionais, responsáveis pelo seu atendimento” (AMARO, 2005; p.67).

Não podemos negar a complexidade da temática abordada, pois no Brasil, historicamente, houve uma profunda relação conflituosa entre as diversas matrizes raciais e culturais que criaram o povo brasileiro. Os conflitos das matrizes raciais que construíram a nação fica evidente na obra do pesquisador Darcy Ribeiro – O povo Brasileiro. Darcy fazendo uma reconstrução de nossa história descreve a gestação do Brasil e dos brasileiros como povo. Enfatiza a união ocorrida entre portugueses, índios e negros, matrizes étnicas do brasileiro, criando segundo Darcy uma etnia nacional única, um só "povo incorporado" (RIBEIRO, 1995).

No Brasil, no âmbito às relações raciais, a sociedade brasileira sempre viveu uma dicotomia partindo de duas correntes de estudos das relações raciais: a primeira corrente teórica fundamentou-se no mito da democracia racial que, segundo Maria Aparecida Teixeira (1992), a democracia racial defendia a ideia que “[...] não temos preconceito racial no Brasil, aqui não temos discriminação racial” (TEIXEIRA, 1992, p. 21), tendo no Brasil o sociólogo Gilberto Freyre, considerado por muitos estudiosos uns dos divulgadores mais imponentes do mito da democracia racial país a fora por meio da obra *Casa-Grande e Senzala* (1933), ao afirmar que, a nação foi formada por três “raças”, a negra, branca e indígena, transformava a mestiçagem em um valor positivo, propondo uma ideia de harmonia entre as



raças, a apologia à mestiçagem no qual temos como exemplo a citar uma das figuras históricas mais polêmicas pela sua ideologia, Arthur de Gobineau (1853) quando diz que “a mestiçagem criava um povo degenerado, porque não conserva, nas suas veias, o mesmo sangue original que sucessivas misturas fizeram, gradualmente, modificar seu valor; em outras palavras... não tem conservado a mesma raça dos seus fundadores” (GOBINEAU, 1853, p.24), defendendo ambos os pensamentos a inexistência de racismo.

A segunda corrente fundamentou-se no racismo que, na concepção de Munanga (2000), o define como “[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2000, p. 24); e a Desigualdade Racial, muito presente na sociedade brasileira visualizada claramente e de gravíssimas consequências para a população chamada minoria que são totalmente desprivilegiadas, negando a esse grupo o direito constitucional e natural de insuflar de suas oportunidades sociais, econômicas, culturais e políticas, resignificando o processo de cidadania.

Segundo Heringer e Ferreira (2009):

Diante de uma sociedade em que ser branco(a) é a “norma”, ou seja, a noção hegemonicamente estabelecida e legitimada indica que a brancura é associada a uma situação de privilégio, lidamos com talvez um dos mais importantes pilares de sustentação do racismo no Brasil: o silêncio. Silêncio este, tão bem conhecido de negros, mulatos, morenos, afrodescendentes ou quaisquer outras denominações atribuídas à tonalidade da pele – que sofrem ao longo das suas vidas com as consequências do racismo, da discriminação, do preconceito, da segregação, da suspeita. (HERINGER e FERREIRA, 2009, p. 260).

O ato de silenciar não é uma prerrogativa apenas de alguns setores da sociedade brasileira. Este silêncio está fortemente presente na instituição formal; a escola, sendo ela um instrumento reprodutor do processo de discriminação racial.

Nesse contexto, Santos (2005) diz sobre a discriminação racial:

[...] reproduz-se em vários contextos sociais das relações entre negros e brancos. Nesse contexto a escola não se encontra isenta dessas reproduções. Muito embora ela não seja meramente reprodutora de tais relações, acaba por refletir as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade (SANTOS, 2005, p. 14).

Santomé (1995) analisando a escola como reprodutora da discriminação racial, reflete sobre a relação entre currículo escolar e culturas negadas e silenciadas. De acordo com o autor:

[...] quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos



sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (SANTOMÉ, 1995, p. 163).

Silva Júnior (2002) apud Gomes (2008) esclarece que a população negra com baixa escolaridade é mais presente nos segmentos da estratificação social com baixa renda, resulta de uma combinação perfeita para interferir na vida escolar de seus pares, onde se percebe constantemente deixarem de estudar muito precocemente para tentar trabalhar, ou de forma melancólica, fazer ambas as atividades.

[...] a exclusão escolar de crianças na idade própria configura uma forma perversa de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro (SILVA JÚNIOR, 2002 apud GOMES, 2008, p.38).

Partindo dessa perspectiva é que se faz necessário à realização de uma pesquisa para se identificar, a partir dos discursos/narrativas dos professores da E.E.M. Deputado Ubiratan Diniz de Aguiar, do município de Capistrano-CE, a existência ou ausência de manifestações de preconceito racial exercidas por parte dos atores sociais ora envolvidos no respectivo espaço educacional.

O interesse em realizar a respectiva investigação, partiu das inquietações pessoais, profissionais e sociais de ambos os autores que realizaram o referido estudo, no tocante a temática em questão, onde a referida pesquisa foi realizada na Escola da Rede Estadual de Ensino Médio Deputado Ubiratan Diniz Aguiar, do município de Capistrano no Estado do Ceará, onde um dos pesquisadores atua como professor desde 1999 e na escola pesquisada desde 2000, onde foi observado o “chão de escola”, de forma empírica.

Com isso, para se realizar essa investigação, optamos por discutir a negritude no cenário social brasileiro, alguns conceitos fundamentais para a construção do debate sobre as relações raciais no Brasil, e a ideologia do branqueamento/branquitude da população brasileira; assim como observar e compreender os discursos e narrativas dos docentes da respectiva instituição de ensino médio em questão, no tocante a relatos que tratam sobre as questões de preconceitos vividos ou vivenciados por estudantes, professores e funcionários. Tomamos como base para a construção do referencial teórico o pensamento de vários autores como, por exemplo: Nascimento (1978), Hasenbalg (1979), Skidmore (1989), Taussig (1993, 1999), Karasch (2000), Schwarcz (2001), Gomes (2005b), Schaefer (2006), e Júnior (2010) os quais nos serviram de norteamo para o desenvolvimento e análises dos resultados demonstrados pela pesquisa.



Contudo, é interessante relatar que, a história do racismo, discriminação, hierarquização da sociedade brasileira e preconceito sempre fizeram parte do cotidiano da vida da população afrodescendente em nosso país, refletindo-se ainda mais na vida de homens, mulheres e crianças de posições desprestigiadas social e economicamente, transformando a diversidade em desigualdade, operando em uma escola de valores que legitima a subalternidade da população negra, situação que, considerando mais de 500 anos de existência, desde a colônia até aos dias atuais, pouco se alterou.

2. METODOLOGIA

A pesquisa realizou-se na Instituição Pública Educacional; E.E.M. Deputado Ubiratan Diniz de Aguiar, no município de Capistrano-CE, pertencente a 8ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 08 com Sede na cidade de Baturité-Ce, onde foram analisados os discursos/narrativas de 5 professores (sendo 3 de História e 2 de Língua portuguesa) a partir da aplicação de um questionário semiestruturado e de conversas informais junto aos atores sociais ora entrevistados, no intuito de se observar se na escola em epígrafe há manifestações de preconceitos racial.

Dito isto, é interessante frisar que, existem várias formas de classificar as pesquisas. De acordo com Copper e Schindler (2006) o estudo através de pesquisa pode ser classificado em: Informativo, Descritivo, Explanatório e Preditivos.

Nesse sentido, a referida pesquisa é descritiva, pois observa, registra e descreve fatos ou fenômenos de uma determinada realidade sem manipulá-los. Procura conhecer e entender as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos que ocorrem na sociedade.

Conforme Gil (2009) relata em seus estudos que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal:

[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de variações variáveis (...) entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm o objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc. (Gil, 2009, p.42).

Nesse sentido, também foi adotado a abordagem qualitativa, haja vista que, a mesma, de acordo com Blattmann (2001) apud Godoy (1995) enfoca que “a pesquisa qualitativa surge de questões ou focos de interesses amplos, e que se delinham de acordo com o desenvolvimento do estudo. Envolve a obtenção de dados descritos sobre o ambiente da



pesquisa, sujeitos, e processos interativos pelo contato direto sobre a situação estudada, com o intuito de compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, isto é, dos partícipes da situação em estudo.” (BLATTMANN, 2001 apud GODOY, 1995, p.12).

Portanto, a pesquisa foi realizada em caráter primordial, de campo, onde teve como objetivo central a descrição dos discursos/narrativas dos professores⁶ de História e Literatura visando estabelecer a relação entre as variáveis estudadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Relatório de Desenvolvimento Humano: “Racismo, Pobreza e Violência” – (2005), instrumentalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2005), afirma que o longo período que os africanos foram máquinas de trabalho e produto mercantil de grande valor econômico e desprovido de condições humanas, foi o responsável pelo aprofundamento das desigualdades e da violência sofrida pelos afrodescendentes negros na sociedade brasileira. Estima-se que tenha chegado ao nosso continente, entre os séculos XVI e XIX, dez milhões de cativos africanos e o Brasil, último país a abolir a escravidão, depois de Cuba (1866), Estados Unidos (1865), Equador, Colômbia e Venezuela (1821) e Haiti (1804), configurou-se como o maior destinatário desta mão de obra, cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro (REIS, 2000). A antropóloga Schwarcz (2001) narra que no decurso daquilo que ela nomeia por moderna recriação do cativo humano, cerca de um terço da população da África deixou o seu continente na diáspora compulsória rumo às Américas.

De acordo com Hasenbalg (1979), o número de quase quatro milhões de africanos, representando quarenta por cento do fluxo total dos escravos no Atlântico ao longo dos quase quatro séculos de escravidão, distribuiu-se da seguinte maneira: de 1451 a 1500: 50.000 escravos; de 1601 a 1700: 560.000 escravos; de 1701 a 1810: 1.891.400 escravos, e de 1810 a 1870: 1.145.000 escravos. Esses dados retratam que no início da colonização brasileira, o número de pessoas escravizadas era superior à população de origem europeia. Em 1700, quando a população do país estava em torno de 300.000 pessoas, 200.000 eram

⁶ Os requisitos para a escolha destes participantes da pesquisa foram professores que lecionem as disciplinas mencionadas, as quais segundo a legislação (Lei 10.639/03) são disciplinas obrigatórias quanto à abordagem da temática inerente ao nosso objeto de investigação o que, mostra-se importante para esta pesquisa, a inclusão de professores que já trabalhem com a educação das relações étnico-raciais, que concordem em participar da pesquisa e apresentem disponibilidade para a realização das entrevistas, já que o universo de professores (as) que já trabalham com o tema ainda é bastante restrito.



escravos. No início do século XIX, período em que a dinâmica populacional chegou a girar em torno de pouco mais de três milhões de pessoas, estimava-se que a metade era de escravos, sendo um terço de pessoas brancas e meio milhão representava a população negra livre (HASENBALG, 1979).

Os dados não deixam dúvidas quanto à participação dos africanos e dos seus descendentes na formação do povo brasileiro. Podemos até presumir que, o Brasil não seria a nação tal qual a conhecemos sem o protagonismo da negritude. Essa assertiva fica evidente na obra *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*, do prof. Dr. Henrique Cunha Junior (2010) que reflete a grande contribuição negro-africana na formação do Brasil. Segundo Junior (2010), importantes conquistas na matemática, como a geometria e a teoria de sistemas dinâmicos, na astronomia e mesmo na medicina foram realizados na África e difundidos para todo o mundo. Isso não foi diferente no Brasil. As culturas africanas transplantadas para o Brasil como as experiências agrícolas, uso das plantas medicinais, cultura do gado, couro, criação das sandálias, bolsas de couro, profissionalização dos marceneiros, carpinteiros, ferreiros, oleiros, artistas, professores e construtores existentes no Rio de Janeiro no século XIX (JUNIOR, 2010 apud KARASCH, 2000, SILVA, 2000) tiveram forte impacto na construção social, cultura e econômica do Brasil. Também os africanos introduziram no Brasil forma de tecelagem para fabricar panos para roupas como para outras utilidades, conhecimento em construção, química do sabão, criação de instrumentos musicais e suas influências na língua portuguesa introduzindo inúmeras palavras dos dialetos bantus bem como uma forte influência religiosa como o candomblé e outras religiões no Brasil. Essa reflexão traz uma constatação que a presença do negro como ator, criador e transformador da história e da cultura brasileira sempre foi negada na história oficial do Brasil.

Dito isto, é interessante relatar que, a questão da formação da identidade do ser negro no Brasil também vem marcada historicamente por muitas lutas, onde podemos constatar que houve um bloqueamento em relação a essa formação identitária junto ao negro em nosso país, fato esse que se decorreu devido à ideologia do branqueamento/branquitude do povo brasileiro.

Essa ideologia de pensamento racial da elite intelectual brasileira acredita que o “problema” étnico-racial do Brasil poderia ser resolvido pela lógica da aplicação do processo da miscigenação. Tinha-se a convicção de que o sangue “branco” iria purificar o sangue primitivo, “africano”, permitindo a exclusão física destes e a formação gradativa de um povo homogêneo: “branco” e “civilizado”. Essa concepção justifica a legitimidade do processo imigratório dos europeus para o Brasil, iniciado em 1818, e mais explícita, a partir da República em 1889.



A teoria brasileira do “branqueamento”(…) [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil (…) baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada”e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas. (SKIDMORE, 1989, p.81).

O ideário do branqueamento proposto pela elite brasileira argumentava entre outras coisas, a integração da negrura via incorporação dos valores brancos. Nesse sentido para assimilação de tal argumento, a elite intelectual do Brasil teve disseminou que não existiam diferenças raciais no Brasil e que a população vivia de forma harmônica, sem conflitos, onde, esse pensamento contribuiu para desenvolver, no branco, um complexo de superioridade e, no negro, em contraposição, um complexo de inferioridade. Chamamos a isto democracia racial.

De acordo com Abdias do Nascimento (1978):

[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. [...] A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' [...]. No entanto, devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 1978, pp.41 e 92).

É interessante ressaltar que, em pleno século XXI, no plano psicológico de muitos brasileiros ainda persiste esse ideal de branqueamento, onde o mesmo ainda continua atuando até os dias de hoje, e é o responsável pela imagem depreciativa que os negros ainda mantêm sobre si. Assim, a identidade da negritude foi construída sob a égide da inferioridade e da negação de sua cor e grupo que pertença.

Esses fatos contribuíram bastante para o desenvolvimento de uma “cultura racista” e preconceituosa junto aos negros no Brasil, onde essa é bastante disseminada por uma significativa parcela da população brasileira.

Nesse sentido, podemos observar de acordo com o estudo de Taussig (1993, 1999), que a questão do preconceito remete ao “conhecimento do outro”, visto com uma forma de construção do outro. Nessa perspectiva, o preconceito caracteriza-se então pelo conteúdo de uma:

[...] atitude interior (no sentido interno) de um sujeito que viola os atributos e os qualificativos em relação ao outro sujeito, estabelecendo o funcionamento cognitivo



e os contatos perceptivos de forma equivocada, cindida e traumática; portanto, pondo sempre à prova (ou derrotando) as capacidades e os recursos simbólicos do outro (TAUSSIG, 1999, p. 159).

De acordo com SCHAEFER, (2006), o Preconceito:

[...] é a manifestação de uma atitude negativa contra toda uma categoria de pessoas, geralmente minorias étnicas ou raciais. Se você se ressentir porque seu colega é bagunceiro, você não é necessariamente preconceituoso. Mas, se você estereotipa (marca social) seu colega imediatamente com base em características, como raça, etnia ou religião, isso será uma forma de preconceito. O preconceito tende a estabelecer definições falsas de indivíduos e grupos (SCHAEFER, 2006, p. 245).

Já com relação ao preconceito racial no Brasil, podemos perceber que o mesmo é muitas vezes negado por causa do mito da “democracia racial” estabelecida no país, demonstradas por brincadeiras, piadas, opiniões contrárias e violentas ao debate inter-racial, dentre outros. Esses comportamentos são observados no dia a dia abaixo:

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principalmente a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta fatos que o contestem, trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (GOMES 2005b, p. 54).

Partindo desse viés e observando os relatos, discursos/narrativas acerca do preconceito racial dentro do contexto escolar por parte dos docentes ora investigados, resolvemos expor os seguintes posicionamentos dos mesmos no tocante à temática em questão conforme a tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Preconceito racial no cotidiano escolar

Identificação dos Professores	Excerto de Depoimentos (ED)
P – 1	“Sim. Casos de brincadeiras típicas de preconceito com a expressão neguinho ou fumo de macumba. Procurei conversar mostrando que essas brincadeiras são atitudes de preconceito disfarçado”.
P – 2	“Sim. Comentários como, todo negro é burro, pois precisa de cotas para estudar nas Federais [...]”.
P - 3	Sim. As vezes presenciamos brincadeiras que denotam racismo como por exemplo, até em atividades esportivas quando dizem palavrões estereotipando a população negra [...]”.
P - 4	“Sim. Nem sempre, mas acontece [...]”.
P – 5	“Sim, as vezes vejo formas de preconceito na escola que é demonstrado nos corredores. Particularmente eu nunca presenciei na sala de aula. Já nos corredores já ouvi a seguinte expressão uma vez: O



cara está lascado, além de ser pobre é negro feio também [...]”.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Podemos constatar na fala dos professores investigados que 100% (05 professores) atestam que se defrontaram com tensões racistas no ambiente escolar, tanto dentro de sala de aula, como no interior da escola, com brincadeiras e piadas discriminatórias como expõe o **P “5”** *Sim, às vezes vejo formas de preconceito na escola que é demonstrado nos corredores. Particularmente eu nunca presenciei na sala de aula. Já nos corredores já ouvi a seguinte expressão uma vez: O cara está lascado, além de ser pobre é negro feio também [...]*; **P “2”** *“Sim. Comentários como, todo negro é burro, pois precisa de cotas para estudar nas Federais [...]*”; **P “1”** *Sim. Casos de brincadeiras típicas de preconceito com a expressão neguinho ou fumo de macumba [...], etc.*

Com relação à escola como espaço de tensão racial Silva (2014) reflete:

A escola é um espaço em que ocorre a socialização dos sujeitos no qual estes, estabelecem diferentes relações, quer sejam educativas ou culturais. Tais diferenças constituem-se em conflitos muitas vezes preconceituosos e discriminatórios. Então, devido às diferenças existentes em cada indivíduo o espaço escolar torna-se um local de tensão racial fazendo com que os mesmos produzam conceitos e práticas discriminatórias com os que ali estão inseridos (SILVA, 2014, p. 2).

Justamente por ser a escola um espaço de socialização dos sujeitos, assim como responsável pela formação identitária dos atores sociais que ora a frequentam, é que devemos realizar a desconstrução de qualquer forma de preconceito dentro do contexto escolar, inclusive o racial.

Partindo dessa perspectiva, podemos observar de acordo com a tabela 2, os discursos/narrativas dos professores entrevistados, onde, os mesmos, elencaram suas respostas baseados tanto em suas experiências profissionais, assim como utilizaram de arcabouço o texto da Lei 10.639/03, para poder demonstrar sua opinião no tocante à desconstrução do preconceito racial dentro da comunidade escolar, a saber:

Tabela 2 - Efetivação da lei 10.639/03 e a desconstrução do preconceito racial.

Identificação dos Professores	Excerto de Depoimentos (ED)
P – 1	“Sim. A base do preconceito é a ignorância. Com a introdução de saberes sobre a cultura Africana e afrobrasileira em sala de aula, abre-se um campo para o debate e a quebra de preconceitos e estereótipos”
P – 2	“Se trabalhar conforme determina a lei sim. Do contrário não ajudará na desconstrução do preconceito racial, e muito menos afirmará a identidade negra”.
P - 3	“Sim, pois a aprovação da lei nos conscientiza a resgatar o histórico e



	a importância do negro para sociedade brasileira”
P - 4	“Sim. A lei vem de certa forma para mostrar uma outra parte da história da identidade negra”
P – 5	“Sem sombra de duvidas sim. As orientações de Lei 10.639 vem como uma base legal e social no sentido de contribuir para uma mudança de ideologia racista, preconceituosa e fortalecimento da identidade negra”.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Os dados do quadro dizem que 100% (05 professores) concordam que a lei pode ajudar na desconstrução do preconceito racial ao passo que 0% (00 professor) não concorda que lei pode ajudar na desconstrução do preconceito racial.

É interessante ressaltar que, as falas desses docentes, mais que demonstram que a escola ora analisada enfrenta significativos casos de preconceito racial, que por sua vez, podem ser demonstrados tanto dentro, quanto nas imediações da sala de aula.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo buscou compreender e identificar a partir dos discursos/narrativas dos professores de História e Literatura da escola da Rede Estadual de Ensino Médio de uma cidade do sertão cearense, se a referida comunidade escolar enfrentava casos de preconceito racial junto aos seus docentes, discentes e profissionais técnico-administrativos. A compreensão se deu a partir de conversas informais e da aplicação de um questionário semiestruturado junto aos professores que se propuseram a contribuir com a mesma, onde, pode-se observar os desejos e anseios dos atores sociais ora envolvidos no tocante ao debate da questão que trata sobre preconceito racial dentro da escola.

Nessa perspectiva, podemos relatar que 100% (05 professores) atestam que se defrontaram com tensões racistas no ambiente escola tanto dentro de sala de aula como no interior da escola com brincadeiras e piadas discriminatórias como expõe.

Por fim, conclui-se que, mesmo os professores trabalhando em sala de aula a temática pesquisada; tendo professores e alunos acesso e uso a materiais que valorizam a História e Cultura africana na sala de multimeios; apesar de todos os professores entrevistados conhecerem o texto da Lei 10.639/03; que na escola investigada, na visão dos professores, há sim formas de preconceito racial exercidas por distintos atores sociais que a frequentam, onde, essas formas devem ter um tratamento diferenciado em seu enfrentamento para que essa questão não vem a contribuir com a continuidade de uma “cultura racista” e preconceituosa que atravessam séculos em um país magnificamente miscigenado.



REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, I. J. **Relações raciais: o explícito e o implícito nas interações entre alunos em uma escola pública**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2006.

AMARO, Sarita. **A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 81. São Paulo: Cortez, 2005.

BLATTMANN, Ursula. **Modelo de Gestão da Informação Digital On-line em Bibliotecas Acadêmicas na educação à distância**: biblioteca virtual. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://teses.eps.ufcs.br/defesa/pdf/2916.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2016; 13:29.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. 13. ed. Brasília/DF: EdUnB, 2005.

_____. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas 2006 – 2009.

GOBINEAU, Arthur de. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris: Librairie de Firmin Didit Frères, 1853 In: MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil identidade nacional versus identidade negra. 4. Ed- Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Heringer, R; Ferreira, R. **Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período de 2001 a 2008**. In: Marilene de Paula e Rosana Heringer. (Org.). Caminhos Convergentes - Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung & Actionaid Brasil, 2009, v., p. 137-194.

JUNIOR, Henrique Cunha, 1952 - **Tecnologia africana na formação brasileira** / Henrique Cunha Junior. - Rio de Janeiro : CEAP, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil identidade nacional versus identidade negra. 4. Ed- Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia IN: BRANDÃO, A. A. P. (Org) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileiro. Niterói: EDUFF, 2000.



NASCIMENTO, Abdias do. **Processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINHO, V. A. DE. **Relações raciais no cotidiano escolar: Percepções de professores de Educação Física sobre alunos negros**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2004.

PNUD-BRASIL. **Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005**. Racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005.

REIS, J.J. A **presença negra: encontros e conflitos**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-189.

SANTOS, Â. M. dos. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar: análise das relações raciais entre alunos negros e não-negros em duas escolas públicas no município de Cáceres-MT**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, 2005.

SANTOS, Sales A. dos. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. EDUCAÇÃO anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639-2003. Brasília: MEC: SÉCAD, 2005, p. 21-37.

Schneidler, Alberto. "Mistificações da ciência". **Revista História Viva Temas Brasileiros**. N. 3. São Paulo: Duetto Editorial, 2006.

SILVA JR., Hédio. **Igualdade DIREITO DE IGUALDADE RACIAL**. , 1º ed., São Paulo, Juarez de Oliveira, 2002.

SILVA, Teresa Cristina. **Tecendo olhares educativos sobre o racismo e a discriminação no contexto escolar: reflexões no ensino fundamental I**. Disponível http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_11_08_2014_21_14_20_idinscrito_573_ca9a4bc40bd3f29cfabaa2a5492504ec.pdf. Acesso em maio de 2016.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e homem selvagem: um estudo sobre terror e cura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

TAUSSIG, Michael. **Mimesis and Alterity**. New York and London: Routledge, 1993.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva Bento. **Resgatando a minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992, 135 p. (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social).